

Questão Agrária e Modernização na Periferia do Capitalismo: uma Incursão pelos Estudos Agrários de Lênin e de Max Weber¹

Felipe Maia Guimarães da Silva*

Resumo

O artigo discute a relação entre questão agrária e modernização por meio da comparação entre as obras de Lênin e de Max Weber. Ambos fizeram da análise do mundo agrário um elemento decisivo em suas compreensões sobre a modernização, focando de forma comparada os casos de Rússia, Alemanha e Estados Unidos, principalmente. Explora-se no artigo a possibilidade de uma leitura convergente dos autores, caracterizando uma série de problemas que seriam comuns à modernização em casos de capitalismo periférico ou tardio.

Palavras-chave: Modernização, questão agrária, Lênin, Max Weber.

Abstract

The Agrarian Question and the Modernization in the Periphery of Capitalism: an Incursion to the Agrarian Studies of Lenin and Max Weber.

This paper discusses the relations between the agrarian question and the modernization. I compare the agrarian studies of Lenin and Max Weber. Both authors made an analysis of the rural world as a critical element in their understandings on modernization, discussing comparatively the Russian, German and North American cases. I argue in favor of the possibility of a convergent reading of the authors by looking at a series of common problems of the modernization process in periphery or late capitalism cases.

Keywords: Modernization, agrarian question, Lenin, Max Weber.

¹ Este artigo é uma versão revista e modificada de trabalho apresentado no 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs. Agradeço aos comentários e ao debate realizado no Seminário Temático “Dilemas da Modernidade Periférica”.

* Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. E-mail: ffmaia@yahoo.com

O estudo da modernidade e da modernização é uma marca da sociologia enquanto disciplina. Todavia, a indistinção entre as duas categorias pode nos levar a uma compreensão linear e evolucionista dos processos de mudança social, em que a modernização estaria intrinsecamente comprometida com o moderno, implicando uma relação mais ou menos direta entre a adoção de formas econômicas, sistemas políticos e o imaginário moderno. Longe dessa perspectiva, há uma tradição sociológica que buscou compreender as singularidades desses caminhos para a modernidade e, com isso, traçar um campo de problemas comuns. Assim, o “moderno” e a “modernização” são categorias que não se apresentam necessariamente como equivalentes, mas cuja relação deve, antes de tudo, ser problematizada².

Ademais, o contexto da periferia do capitalismo foi moldado pela imagem da modernização tardia, ou seja, a percepção da condição de retardatário na formação dos Estados nacionais e na assimilação dos padrões econômicos centrais marcando um conjunto de questões comuns. Bendix (1996, p. 371) argumenta que a modernização foi o “tipo de mudança social que se originou na Revolução Industrial na Inglaterra, 1760-1830, e na revolução política na França, 1789-1794”. Daí que os demais países passam a se definir por contraste com as sociedades pioneiras, incorporando como necessidade a superação do desnível que os separa, e buscando reduzir os custos e o tempo. Conhecer o caminho já trilhado seria a única “vantagem do atraso”. Nessa perspectiva, os temas comuns das “sociedades seguidoras” girariam em torno da modernização como um “imperativo político”, o que traria para primeiro plano a intervenção dos governos como promotores de mudanças sociais e políticas (Bendix, 1996, p. 372-374).

Barrington Moore (1975) vai no mesmo sentido ao argumentar que Inglaterra, França e Estados Unidos constituíram uma via de acesso singular à modernidade. O ponto decisivo aí estaria na questão agrária, ou seja, na forma como as classes sociais, senhores e camponeses, sobretudo, lidaram com a passagem para uma agricultura comercial, e o tipo de resposta política que configuraram neste terreno. De um lado, a democratização da posse da terra, a liberação dos grandes proprietários agrários do controle das empresas agrícolas e a predominância da coerção econômica em vez do controle repressivo da força de trabalho abriram espaço para uma via democrática. Em outra linha, traços decisivos da antiga sociedade agrária continuam em operação, mesmo com a transformação econômica e com uma nova institucionalidade política, configurando a “modernização conservadora”.

Buscando combinar a análise da modernização com o mundo agrário, buscaremos, neste trabalho, comparar as formulações de dois autores, Lênin e Max Weber, sobre o tema. Ambos estavam inseridos em contextos de modernização tardia e periférica, na Rússia e na Alemanha, e realizaram estudos em profundidade do mundo agrário que serviram de parâmetro para uma análise comparada de casos nacionais. A “questão agrária” é aqui mobilizada como ponto central da compreensão de um macroprocesso social, ou seja, não se esgota em si mesma, é parte decisiva do conjunto de mudanças sociais e políticas que se abrem à interpretação.

Na primeira parte deste artigo analisaremos as obras de Lênin sobre o tema, buscando compreender como a questão agrária atuava sobre o desfecho das lutas em torno da moderni-

zação na Rússia. Em seguida, apresentaremos a visão de Weber em trabalhos escritos na virada do século XIX para o século XX, examinando a constituição da questão agrária no leste alemão, o que nos permite comparar este caso com as posições do autor sobre Rússia e Estados Unidos. Por fim, o artigo propõe uma linha de comparação entre os dois autores e discute o que consideramos suas principais formulações à luz de contribuições de outros autores.

Lênin e as Duas Vias de Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia

Uma das primeiras tentativas de formular os problemas da modernização e das características dos países retardatários veio de autores identificados como o chamado movimento *narodnik*, ou o populismo russo. Movimento extraordinariamente heterogêneo, que combinou uma forte produção intelectual com diversas formas de ação política, o populismo russo, na segunda metade do século dezenove, desenvolveu-se a partir da crítica aos efeitos da modernização capitalista. Nesse sentido, tentou escapar de uma teoria tradicional ou mecanicista da modernização, buscando formular um caminho próprio, que evitasse os custos sociais já conhecidos do capitalismo, para uma transição da Rússia em direção a algum tipo de organização socialista da sociedade (Walicki, 1984; Fernandes, 1982).

A estrutura política e social russa era vista pelos populistas como obsoleta e odiosa, pois condenava à miséria e à opressão a imensa maioria da população, formada por camponeses. Do ponto de vista normativo, formulavam como objetivos a justiça e a igualdade social, cuja essência acreditavam já existir na comunidade camponesa (Berlin, 1998). Foram, assim, profundamente marcados pela análise da acumulação primitiva feita por Marx em *O Capital*, que mostrava a expropriação camponesa como condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo. O problema, então, era evitar os custos humanos de tal processo, o que apontava para a ideia de um “salto” sobre o capitalismo, ou seja, para o projeto de uma revolução socialista num país atrasado.

A essa ideia se somava uma “refinada utopia camponesa”, que idealizava a vida rural e via no camponês um ser “pleno” e “completo”, que combinaria a independência econômica com uma solidariedade moral baseada na simpatia e na compreensão (Walicki, 1984). Nesta linha, a permanência da comunidade camponesa russa, onde os produtores diretos não haviam ainda sido expropriados poderia se tornar um ponto de apoio para a construção do socialismo.

Pode-se então falar em uma “vantagem do atraso” de forma plena, pois a comuna rural é a base da nova formação social e, por outro lado, o conhecimento das mudanças realizadas nos países capitalistas permitiria evitar seu lado socialmente oneroso, queimando “etapas”. Esse raciocínio apresentava um problema adicional, pois exigia uma “corrida contra o tempo” (Fernandes, 1982, p. 54) já que a comuna estava se desintegrando e se o processo se completasse não haveria a possibilidade do “salto”, condenando a Rússia ao tortuoso caminho ocidental.

A posição populista motivou um debate com Marx e com Engels, que foram provocados a responder ao problema novo por eles colocado. Neste debate, com troca de cartas e publicação de artigos, a posição dos autores oscilou da negação inicial ao reconheci-

to de alguma validade teórica na proposição populista. Num primeiro momento, Engels afirmou que não poderia haver socialismo sem desenvolvimento das forças produtivas que permitisse torná-lo um progresso e não a decadência do modo de produção. O isolamento do campesinato em pequenas propriedades restringia sua visão de mundo e constituía-se na base do “despotismo oriental”. A comuna só poderia se desenvolver se fosse possível a coletivização do trabalho e se houvesse uma revolução na Europa ocidental (Engels, 1982a).

Porém, mais adiante, a força do movimento populista repercutiu nas posições de Marx, que se interessou pela especificidade da Rússia e, numa inflexão, reconheceu que as teses presentes em *O Capital* não teriam validade universal, referindo-se particularmente ao desenvolvimento da Europa ocidental. Na Rússia, a existência da propriedade coletiva da terra poderia tornar-se base da socialização da produção, todavia, isto só se faria sob as condições de desembaraçá-las de seus aspectos “primitivos” e da realização de uma revolução socialista no Ocidente (Marx, 1982; Marx e Engels, 1982).

Na década de 1890, outro deslocamento do debate pode ser visto na polêmica de Engels com Nicolau Danielson, economista populista e tradutor de *O Capital* para o russo. Danielson (1982) percebeu de forma aguda os problemas do capitalismo periférico e da modernização tardia. Ele sustentava o caráter artificial, “de estufa”, do capitalismo russo, mantido por uma política protecionista que penalizava toda a nação. Esse capitalismo estaria em crise, pois seria incapaz de empregar a força de trabalho e resolver os problemas da produção agrícola. A desintegração da comuna camponesa seria contraditória com a formação de um mercado interno para uma indústria autóctone e, além disso, a Rússia não poderia contar com mercados externos, pois estes já estariam partilhados pelas nações adiantadas. Assim, a comuna camponesa seria uma alternativa que poderia combinar a tradição com a introdução de técnicas avançadas e mesmo “unidades socializadas” (Danielson, 1982, p. 95).

A resposta de Engels (1982b) antecipou algumas das teses caras a Lênin, argumentando que a Rússia fez uma opção decidida pelo capitalismo como uma estratégia para se manter como potência no cenário internacional, num caminho semelhante ao da Alemanha, onde a economia camponesa também foi deslocada. A grande empresa agrícola tornava-se regra, o que fazia com que a comuna estivesse fadada ao desaparecimento e o camponês a se tornar um proletário no campo ou na cidade. Engels não via, também, nada de especificamente decadente no protecionismo, estratégia que radicalizaria um processo que, de outra forma, seria apenas mais gradual, mas sem alterar sua natureza. Na Rússia, o capitalismo seria já um fato, as condições para o “salto” sobre o capitalismo desejado pelos populistas não se apresentaram e não haveria outro remédio senão desenvolvê-lo.

Quando Lênin escreveu suas primeiras obras, esse era, em linhas bastante gerais, o estado da arte do debate sobre as singularidades da Rússia e suas possibilidades. O populismo havia introduzido um problema novo no âmbito teórico, além, evidentemente, de sua imensa repercussão no terreno da prática política, abrindo um campo novo de análise, o da singularidade do desenvolvimento do capitalismo tardio e periférico. As respostas aos populistas foram diversas. O recente marxismo russo, então liderado por Plekhanov,

construiu uma resposta frontal, criticando tanto a prática das ações de vanguarda populistas quanto a interpretação e o programa (Strada, 1984; Getzler, 1984). Outra corrente, conhecida como o “marxismo legal”, extremou a separação com o populismo, partindo de um “ocidentalismo radical” que culminaria com a integração da Rússia aos processos de modernização ocidentais e com a adesão desta corrente ao liberalismo (Strada, 1984). Em ambas, a temática populista fica submersa. Para Lênin, todavia, a questão é mais matizada, pois ele reconhece especificidades no desenvolvimento da periferia e traz ao centro do debate o problema agrário, ainda que em condições bastante diversas do populismo³. É esta inovação que nos interessa aqui.

A mais importante obra de interpretação da modernização na Rússia escrita por Lênin é *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899, na qual o autor traça um panorama geral da trajetória do país e tenta combinar a análise de suas singularidades com a teoria geral marxista. O ponto de partida é uma sociologia agrária, uma análise das relações sociais, de produção e propriedade no campo, que permite ao autor uma interpretação da industrialização e da modernização.

Ao contrário de Danielson, Lênin (1982) não via na desintegração da comuna camponesa um limite para a formação do mercado interno e para a evolução do capitalismo. A separação dos produtores diretos de seus meios de produção ligava-se à crescente divisão do trabalho e preparava as bases para a mercantilização da força de trabalho e para a concentração do capital. Por um lado, a especialização separa os diferentes tipos de produção em ramos diferenciados, criando condições para a produção de mercadorias e fazendo de cada ramo um mercado potencial para os demais. Por outro, a necessidade de produzir mais mercadorias leva à ampliação da demanda por bens de capital, completando a formação do mercado. Assim, não seria necessária a formação prévia do mercado interno para o desenvolvimento do capitalismo, mas este processo seria capaz de engendrar a formação do mercado.

Neste estudo, a comuna camponesa não foi vista como um espaço de resistência à penetração do capitalismo, mas, ao contrário, Lênin percebia que a agricultura comercial, impulsionadora do capitalismo no campo, se desenvolvia no interior da comuna. Com a Reforma de 1861, que havia acabado com a servidão camponesa, as terras foram divididas em duas partes, uma sob controle das comunas, outra dos antigos senhores. A terra comunal era repartida entre os camponeses, porém essa repartição era reordenada a partir do arrendamento ou da compra de lotes de uns camponeses por outros em melhores condições de explorá-los. Esta parcela do campesinato consegue utilizar inicialmente mais quantidade de trabalho familiar, mas logo necessita de mais mão de obra, o que leva à contratação de diaristas e outros trabalhadores assalariados. Gradativamente, passa a dispor também de mais animais de tração. O ponto central desta análise é a percepção de que a agricultura capitalista “se desenvolve *entre* os ‘membros das comunidades rurais’ e os célebres ‘laços comunitários’ se ajustam perfeitamente aos grandes detentores de áreas semeadas” (Lênin, 1982, p. 51).

Os dados estatísticos levantados pelo autor revelavam uma grande diferenciação na agricultura camponesa, o que o permite postular que o resultado da penetração da agricul-

tura comercial na comuna é a desintegração do campesinato enquanto grupo social minimamente homogêneo. Uma parte do campesinato é proletarizada, tornam-se “operários agrícolas possuidores de um lote de terras”, enquanto outra parte se fortalece economicamente.

Todavia, o capitalismo penetrava a agricultura de forma lenta e variada, sem eliminar completamente os restos da velha economia camponesa. A manutenção desses obstáculos ia se tornando um estorvo, sobretudo para o camponês proletarizado, preso à terra e às suas obrigações, como os impostos e a “caução solidária” (regra que obrigava todos os camponeses a responder solidariamente pelo pagamento dos impostos da comunidade). Essa condição impedia também sua mobilidade em busca de melhores salários, a um ponto em que a condição do operário vinculado à terra chegava a ser pior que a de outro já liberado de seu lote (Lênin, 1982, p. 110).

De outro lado, o capitalismo avançava também na agricultura senhorial ou latifundiária, mas condicionado por limitações na arregimentação de mão de obra e na obtenção de recursos para investimento em meios de produção. Esse limite fica claro na análise dos sistemas de pagamento em trabalho, nos quais os camponeses trabalham nas terras senhoriais com seus próprios instrumentos e recebem em troca pagamento em espécie, em terras, ou eventualmente em dinheiro. Um sistema tipicamente capitalista dispensaria esse tipo de arranjo e se sustentaria com base na contratação de assalariados que cultivassem a terra com instrumentos do proprietário. Na Rússia, Lênin observava que ambos os sistemas de trabalho tinham lugar na agricultura latifundiária, sendo que nas províncias “puramente russas” predominava o pagamento em trabalho, enquanto na Rússia europeia a forma capitalista (Lênin, 1982, p. 127).

O sistema de pagamento em trabalho era visto por Lênin como mais um obstáculo ao avanço do capitalismo, como um resquício do modo de produção feudal, o que preservava as relações tradicionais de dependência no campo, e atendia unicamente ao interesse senhorial de imobilização da força de trabalho. Por romper com essa condição, com o isolamento e a autossuficiência dos domínios senhoriais, o capitalismo deveria se revelar progressista também para o campesinato. Uma transição plena para uma agricultura comercial deveria levar à mudança no regime de trabalho, investimentos em instrumentos de produção e maquinário, possibilitando a elevação da produtividade do trabalho, relegando os pagamentos em trabalho a uma condição secundária ou ao desaparecimento.

Isso era o que Lênin observava nas regiões de fronteira, onde o capitalismo avançava mais rapidamente, com terras novas ocupadas por camponeses oriundos de processos migratórios. São as regiões de “colonização interna”, onde há terras livres, desvinculadas tanto das comunas quanto dos latifúndios, que Lênin chamará de “zonas típicas” do capitalismo agrário (Lênin, 1982, p. 170). Foi por esse movimento que se pôde ampliar as terras cultivadas, a utilização de maquinário e do trabalho assalariado. Seu resultado era uma diferenciação cada vez maior do campesinato. Num quadro mais geral, este movimento combinava-se com os avanços do capitalismo na pecuária, na cultura do linho, no beneficiamento de produtos agrícolas, na horticultura, configurando um processo de

expansão da agricultura voltada para o mercado na Rússia.

Assim, pode-se dizer que é desse impulso, da emergência de uma agricultura comercial, que se desagregam, ainda que paulatina e imperfeitamente, as relações tradicionais. Esta é a base do desenvolvimento do capitalismo. Lênin contrapõe à desagregação da solidariedade comunal a formação de uma solidariedade de outro tipo, oriunda da socialização do trabalho. A solidariedade comunal pressupunha produtores isolados e se assentava na produção de baixo nível técnico da produção. A que viria da socialização do trabalho ao contrário deveria permitir a elevação do nível de vida e de cultura dos produtores, e apenas a partir daí se poderia falar em socialismo:

[...] o fato de a agricultura deixar de ser privilégio de uma casta superior ou tributo de uma camada inferior, tornando-se uma atividade comercial e industrial como todas as outras; o fato de o produto da agricultura submeter-se ao controle social no mercado; [...] o fato de o isolamento e a dispersão dos pequenos agricultores estarem em processo de extinção; o fato de todas as formas de servidão e dependência começarem a ser substituídas por transações impessoais de compra e venda da força de trabalho – tudo isso são elos de um único processo: o processo de socialização do trabalho agrícola e de agravamento cada vez maior das contradições entre a anarquia das oscilações de mercado, entre o caráter individual de empresas agrícolas isoladas e o caráter coletivo da grande agricultura capitalista. (Lênin, 1982, p. 205-206)

Quando examina a formação da base industrial do capitalismo, Lênin volta a se contrapor a uma tese cara ao populismo, o caráter artificial da industrialização. Analisando, sobretudo, os aspectos internos da industrialização, Lênin via possibilidades de evolução da pequena indústria camponesa em direção a formas mais complexas, com base na progressiva divisão do trabalho, na separação da indústria da agricultura, no crescimento dos mercados urbanos e no papel desempenhado pelo capital comercial. Haveria, então, uma rota de passagem da manufatura camponesa à grande indústria, com o incremento de sua base técnica. Esse desenvolvimento transforma completamente a antiga sociedade camponesa e introduz “instabilidade”. Faz-se por “saltos”, e “substitui a antiga estagnação por uma veloz transformação dos métodos de produção e de todas as relações sociais” (Lênin, 1982, p. 343).

A conclusão do argumento é que a emergência do capitalismo na Rússia já estava em curso. O obstáculo viria da permanência de um conjunto de “instituições antigas”, incompatíveis com o capitalismo, penalizando duplamente os produtores diretos, que “sofrem tanto pelo capitalismo quanto pela insuficiência de seu desenvolvimento” (Lênin, 1982, p. 375). Mais importante é perceber que o desenvolvimento é rápido, mas desigual, ou seja, do ponto de vista da economia, não atinge todos os ramos da mesma forma, nem todas as regiões. Onde a terra era mais livre de ocupações antigas e de uma estrutura social

sedimentada, onde o camponês se libertou mais rapidamente da dominação feudal, o capitalismo podia avançar mais rápido.

Desse ponto de vista, não há nessa interpretação nenhuma “vantagem do atraso” na Rússia, assim como não poderia ter lugar a passagem direta da comuna camponesa ao socialismo. Munido dessa interpretação, Lênin se aproximaria de um raciocínio político que ficou conhecido como “ocidentalista” no debate de então, pois mesmo reconhecendo as especificidades, buscava aproximar a Rússia da trajetória de desenvolvimento do capitalismo ocidental, que servirá de imagem para as comparações feitas pelo autor. A tensão entre a tradição e o moderno, que caracteriza esse processo, deveria ter sua solução na afirmação do polo moderno. Entretanto, tal afirmação não se dá apenas pelo movimento da economia ou pela adaptação da técnica. Há duas vias de emergência do capitalismo na Rússia, uma socialmente referida à transformação do latifúndio em fazenda capitalista, outra baseada na desintegração do campesinato em dois grupos sociais distintos, com a passagem de uma parcela deste à condição de emergente burguesia agrária.

Assim, não seria politicamente indiferente qual grupo social ou qual modo de exploração agrícola obteria a hegemonia nesse processo. Este seria o tema do Prefácio escrito para a segunda edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* em 1907, no qual o autor traça uma correspondência entre os processos sociais e políticos. A predominância da transição baseada no latifúndio teria abrigo na coalizão política entre os liberais e a monarquia, permitindo que a transição implicasse a conservação de parte da estrutura social antiga. De outro lado, o desenvolvimento da pequena propriedade camponesa e a divisão do latifúndio deveria levar a uma ruptura da estrutura social anterior, abrindo caminho para um desenvolvimento politicamente mais livre e democrático do capitalismo.

Lênin chegava a uma formulação original da questão agrária russa, pois era nela que se fundava a base social de uma aliança politicamente conservadora entre velhos proprietários fundiários e uma nova burguesia industrial, representada pelo partido “cadete”. Este seria o núcleo social e político que conferia o andamento conservador para as “revoluções burguesas” na periferia do capitalismo. Seu programa ligava a transição para a agricultura comercial a partir do latifúndio ao intento de reformar o czarismo “por cima”, numa coalizão liberal – monárquica, com restrições à democracia (Lênin, 1979b).

Todavia, a questão agrária estava em aberto e com isso Lênin imaginava a possibilidade de reversão de uma ampla tendência que prevaleceu na Europa do final do século dezenove, qual seja, a condução conservadora das “revoluções burguesas”, cujo caso exemplar seria o alemão. Reabrir a questão agrária significava identificar a possibilidade de uma revolução burguesa de outro tipo, pois se ainda se faria nos marcos do capitalismo, teria como protagonista o campesinato que se mostraria apto a conduzir a transição na agricultura e interessado numa ruptura com a estrutura social anterior. O sentido desse movimento deveria ser democrático social e politicamente.

Havia, aqui, então, uma inovação em relação ao marxismo da época, a questão agrária inesperadamente ganhava centralidade, pois para onde pendesse a solução dos conflitos

no campo penderia o sentido da modernização, em raciocínio diverso, por exemplo, do que havia sido formulado por Kautski (1974), que havia subordinado a questão agrária ao desenvolvimento mais geral da luta política dos operários nas cidades. Isso significava também uma valorização do campesinato e das pequenas e médias propriedades como contraponto ao latifúndio, o que não se apresentava em Kautski. Lênin nunca negou vantagens econômicas à grande propriedade⁴, reconhecia os ganhos de escala e da divisão do trabalho, porém sua análise apontava para as consequências políticas da hegemonia da grande propriedade no campo. Ela era a base da coalizão conservadora, da ausência de ruptura com o passado, do predomínio da autocracia czarista na modernização da Rússia, que agora encontrava respaldo na burguesia urbana nascente e temerosa da organização do proletariado industrial (Lênin, 1974).

O dilema político dessa burguesia é que, se havia a necessidade de reformar a autocracia czarista, havia também o temor de perder o controle sobre as massas proletárias, o que inibia uma ação de ruptura e induzia a colaboração com o regime para garantir a ordem. Todavia, a colaboração tornava as reformas lentas ou até mesmo impossíveis, especialmente as do âmbito da política, da introdução de mecanismos constitucionais no antigo regime autocrático. Após as intensas manifestações populares de 1905 a 1907, essa coalizão se consolida, determinando uma política que combinava a autocracia czarista com reformas econômicas, e que recebeu apoio dos liberais russos. Ia se conformando uma solução para a questão agrária que buscava favorecer o desenvolvimento do capitalismo, mas preservava a posição ocupada pelo latifúndio, como se veria na política de reformas conduzidas por Stolipin, ministro do czar. O sentido dessas reformas era a destruição das comunas camponesas e a colonização de terras novas, aprofundando a divisão do campesinato. O mundo agrário se modernizava, porém sob hegemonia do latifúndio, o que representava a continuidade da estrutura social anterior. Ao mesmo tempo, o caráter nitidamente anticamponês das reformas exigia um cerceamento ainda maior da democracia⁵. Desenhava-se o caminho que Lênin chamou de “via prussiana” de desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Lênin podia, então, empreender uma comparação entre os dois caminhos de desenvolvimento que se delineavam a partir da transformação da agricultura feudal e contrastá-los com as alternativas políticas que eles representavam. A base para o contraste seria a comparação com os demais casos nacionais, estabelecendo uma correspondência entre a questão agrária, o tipo de desenvolvimento capitalista e o problema da democracia:

Esses dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possível, nós denominaríamos respectivamente caminho prussiano e caminho norteamericano. No primeiro caso, a economia feudal do latifundiário se transforma lentamente em uma economia burguesa, *junker*, que condena os camponeses a décadas inteiras de mais dolorosa expropriação e servidão, enquanto surge ao mesmo tempo uma pequena minoria de *Grossbauer* (camponeses grandes). No segundo caso, não existe economia latifundiária ou foi liquidada pela revolu-

ção, que confisca e divide as fazendas feudais. Neste caso predomina o campesinato, que se converte em fator exclusivo da agricultura e evolui até converter-se em agricultor capitalista. (Lênin, 1974, p. 282)

As duas vias eram concorrentes, disputavam o sentido da evolução da economia mercantil, ligando-se a interesses opostos e com consequências distintas. A “via americana”, fundada na democratização da posse da terra, possibilitaria um desenvolvimento mais livre e, por sua vez, favoreceria a democracia política. A “via prussiana”, ao contrário, corresponderia ao tipo de aliança conservadora que levava ao andamento controlado das mudanças de forma a evitar a ruptura com o passado.

Na Alemanha, o desenvolvimento foi determinado por relações tradicionais, seguindo uma “senda reformista”, onde “se adaptou à rotina, à tradição, às possessões feudais – que se transformaram lentamente em fazendas de *junkers*” (Lênin, 1974, p. 319). Já nos Estados Unidos, a mudança se realizou pela derrota violenta dos fazendeiros escravistas do Sul na Guerra Civil, com a divisão dessas propriedades em pequenas fazendas burguesas. No Oeste, a extensão de terras livres foi utilizada para criar novas relações agrárias favorecendo a propriedade de tipo capitalista.

A existência de terras livres é uma variável decisiva na “via americana”, pois permite a instalação de pequenos proprietários em unidades com extensão suficiente para o desenvolvimento da agricultura comercial e leva, em consequência, à democratização da propriedade. Nos Estados Unidos, a colonização do Oeste por meio dos *homesteads* cumpriu este papel, “guiada pelos princípios da democracia capitalista” (Lênin, 1980, p. 98).

Ao mesmo tempo, na América setentrional desenvolvia-se o que Lênin imaginava ser a típica agricultura capitalista, intensiva e com maior utilização de operários assalariados e maquinário. Os Estados Unidos tornavam-se a imagem da “vanguarda do capitalismo”:

Os Estados Unidos não possuem concorrente que os iguale, nem pela rapidez de desenvolvimento do capitalismo no final do século XIX e início do século XX, nem pelo nível extremamente elevado já atingido por este desenvolvimento, nem pela imensidão do território sobre o qual se aplica uma técnica que representa a última palavra da ciência e que leva em conta uma notável diversidade de condições naturais e históricas, nem pela liberdade política e o nível cultural da massa da população. Portanto, sob vários aspectos, este país constitui o modelo e o ideal de nossa civilização burguesa. (Lênin, 1980, p. 1).

Apostar na “via americana” era levar às últimas consequências a possibilidade de um desenvolvimento mais livre do capitalismo e de ligar esta base social a um ordenamento democrático da política, o que deveria favorecer uma transição futura ao socialismo. Na Rússia, o camponês, se liberado das obrigações de natureza feudal, mostrava-se capaz de

adotar as melhores técnicas de cultivo do solo e expandir a agricultura. É na base da relação entre terras livres, campesinato livre e avanço da técnica que se poderia aproximar a Rússia do exemplo americano.

As reformas de Stolipin apontavam, porém, em sentido contrário, pois praticavam a política de colonização sem alterar o estatuto do latifúndio, e o faziam com base na expropriação da massa camponesa em benefício de uma pequena camada de “culaque” (Lênin, 1974, p. 321). Projetada no tempo, essa política deveria dividir o campesinato e criar uma classe de proprietários fortes com interesses antagônicos ao do proletariado urbano e rural. Ela consolidaria a via prussiana, sem democratização da propriedade ou do poder, mantendo os mecanismos de repressão dos trabalhadores.

O valor heurístico das hipóteses formuladas por Lênin para as vias de desenvolvimento do capitalismo está nesta relação estabelecida entre a questão agrária e o sentido político da modernização. De acordo com sua concepção de “via prussiana”, a concretização da aliança entre as antigas classes de proprietários agrários e a emergente burguesia industrial representou um estímulo poderoso para a condução conservadora da modernização, um freio para a democratização da propriedade e para a abertura política. O caráter desigual do capitalismo é aqui reforçado pela incorporação das desigualdades anteriores. Mesmo sabendo que entre as duas vias, há possibilidades de “combinações infinitamente diversas” (Lênin, 1982, p. 11), o nexos entre sociedade e política deveria ser buscado nas lutas de hegemonia no mundo agrário.

Os Estudos Agrários de Weber e o Tema da Modernização

Max Weber produziu um conjunto bastante significativo de textos sobre a Alemanha na virada do século dezenove para o vinte, a partir de um estudo em profundidade da situação agrária do Leste alemão, realizado em 1892, que colheu e analisou dados obtidos em questionários enviados a trabalhadores e empregadores com perguntas sobre as condições de trabalho e a economia das fazendas (Weber, 1981, 1986, 1989a). Este era também um período de reconfiguração política do país, após o fim da chancelaria de Otto von Bismarck, personagem central da unificação alemã. O arranjo político que deu sustentação a Bismarck passava por questionamentos, e Weber era um crítico da aliança da burguesia alemã com os proprietários feudais que marcava o período⁶. Aqui também a análise sociológica é decisiva para compreender a política.

O ponto central dos estudos de Weber é a desagregação do patriarcalismo nas fazendas do Leste alemão, que formavam uma sólida organização social com base nas relações de dependência e “comunidade de interesses” entre os camponeses e a classe de dirigentes senhoriais, os *junkers*. A paisagem do Leste, que havia sido marcada pela estabilidade de suas grandes propriedades, conhecia uma intensa modificação a partir da introdução da agricultura comercial em larga escala e dos efeitos da concorrência no mercado mundial, pressionando a introdução de métodos mais propriamente capitalistas de gestão.

Nesta análise, Weber utiliza a categoria “constituição do trabalho”, que se refere a um conjunto de relações de trabalho, de regulamentação legal e de estratificação social em

um sistema econômico (Weber, 1981). Com ela, procura combinar elementos políticos, econômicos, jurídicos e sociais, caracterizando um “tipo” logicamente coerente de características e propriedades de um sistema específico, o que lhe possibilita fazer a comparação entre patriarcalismo e capitalismo como tipos distintos. Ao mesmo tempo, com esta categoria, Weber denota sua preferência por uma explicação multicausal do processo de transição (Scaff, 1989). Assim, é o exame da transição da “constituição do trabalho” no Leste que possibilitará ao autor construir sua interpretação geral do tema da modernização.

Grande parte dos problemas agrícolas enfrentados no Leste dizia respeito à demanda periódica de força de trabalho. No passado, a força de trabalho era imobilizada nas fazendas segundo os sistemas de prestação de serviços e contrapartidas senhoriais, o que garantia o suprimento de mão de obra nos períodos críticos de colheita e beneficiamento dos cereais. Esta era uma relação de dominação pura que se desfez com a abolição da servidão e com a legislação agrária, determinando a arregimentação de trabalhadores por contrato. Formaram-se dois grandes grupos de trabalhadores, os vinculados à propriedade por contratos fixos, geralmente com moradia na propriedade e os trabalhadores “livres” (Weber, 1981, p. 21).

A relação entre trabalhadores livres e vinculados (“moradores” e “fornecidos”) era marcada, então, por um jogo que envolvia autonomia e risco de um lado, *versus* segurança e dependência, de outro. Aventurar-se na condição de trabalhador livre, se permitia maior autonomia na condução da vida, implicava a perda da segurança e estabilidade garantidas pela moradia na fazenda e pelos pagamentos fixos dos trabalhadores vinculados. A condição social do trabalho livre era, em geral, mais baixa, mas os efeitos da liberdade tinham grande impacto na formação da subjetividade desses homens do campo.

zà a relação dos trabalhadores vinculados, especialmente os “moradores”, com os proprietários tinha como particularidade, desde o período feudal, a participação daqueles nos resultados dos produtos da propriedade, o que fundamentava uma base econômica de “comunidade de interesses” entre as duas categorias. Ao mesmo tempo, este camponês se subordinava à justiça patrimonial, constituindo uma relação de dominação “*de facto* e *de jure*” sobre sua pessoa e família. Dessa forma, “suporta-se a direção rigorosamente patriarcal porque isto correspondia às bases econômicas da relação” (Weber, 1981, p. 32)⁷.

É esta “comunidade de interesses” que possibilitava a direção política dos proprietários sobre o conjunto da população rural, que fazia deles representantes autênticos dos interesses de seus dependentes em matéria de política econômica. Ela consolidava a propriedade como base de uma organização social altamente solidarizada, ao mesmo tempo em que a hierarquia e a direção patriarcal podiam ser vistas por todos como algo em seu benefício.

Porém, o avanço da agricultura comercial solapava as bases de legitimidade desta relação. Sob o velho sistema, que não dependia de maquinário e capital, o fazendeiro podia considerar que a receita obtida era, de fato, produto do trabalho comunal compartilhado e, com isso, manter os direitos comunais sobre o produto. Tal condição vai desaparecendo a cada investimento de capital. A renda deixa de ser produto apenas do trabalho, e a compensação pelo uso do produto do trabalho alheio (em bases capitalistas) aparece implícita ou

explicitamente como renda do capital. Com isso desaparece progressivamente a remuneração com base em direitos compartilhados, sendo substituída por salários monetários (Weber, 1989a, p. 163). O “morador” (*Instmann*) vinha sendo progressivamente substituído pelo “empregado fornecido” (*Deputant*), sem direitos sobre o produto da fazenda, e pode-se ver ainda que, ao seu lado, cresce a categoria dos trabalhadores assalariados em dinheiro.

A descrição da relação patriarcal e da comunidade de interesses não deve levar a crer que havia um ambiente de confiança pessoal entre “moradores” e proprietários. O que Weber argumenta é que havia uma efetiva comunidade econômica de interesses, que garantia a direção patriarcal. Contudo, esta é uma relação de subordinação, cuja abolição é reivindicada cada vez mais pelos próprios empregados. Do ponto de vista do proprietário, a mudança corresponde a uma racionalidade econômica, que permite a redução dos custos de manutenção da força de trabalho ao mínimo (Weber, 1989a, p. 167). Do ponto de vista do trabalhador, o pagamento de salários reduz a dependência de uma única propriedade, torna a relação contratual mais fungível e aproxima-se das modernas aspirações de liberdade. A proletarianização, na maioria das vezes, piorava a condição de vida dos trabalhadores, mas eles aceitavam a troca. “A população rural por vezes abandona posições mais favoráveis, mais seguras, em busca da emancipação pessoal” (Weber, 1989a, p. 172).

Weber percebia, então, que ao lado dos requisitos de racionalidade econômica, havia fortes componentes subjetivos na desagregação da ordem patriarcal, “aspirações de liberdade”, tendências individualistas entre os camponeses, principalmente entre os “mais capazes”, de separar-se da “casa patriarcal”, mesmo que ao custo da proletarianização:

É o encantamento poderoso e puramente psicológico da liberdade que se expressa aqui. Trata-se essencialmente de uma ilusão grandiosa, mas, como se sabe, o homem – e mesmo o operário agrícola – “não vive só de pão”. As aspirações dos operários agrícolas nos mostram justamente que “ganhar seu pão” é de uma importância secundária. Eles querem acima de tudo ser eles mesmos os artesãos de sua felicidade ou de sua infelicidade. Esta característica do mundo moderno é o resultado de uma evolução psicológica de ordem geral, e nós mesmos estamos a experimentá-la. (Weber, 1986, p. 67)

Havia uma aspiração por um modo de vida autônomo no campo, mesmo que fosse preciso passar pela proletarianização eventual como estratégia de ascensão. O domínio senhorial limitava a perspectiva de ascensão social, pois o máximo que se podia alcançar era a condição de “morador”, com a posse de um pequeno pedaço de terra. A esperança era ultrapassar essa barreira, o que dificilmente era possível, devido principalmente à escassez de terras livres.

Por outro lado, a desagregação das relações patriarcais vinha implicando substituição dos trabalhadores agrícolas alemães por imigrantes poloneses, que aceitavam salários mais baixos e condições mais precárias. Eram também mais dóceis e menos sujeitos à regulação

estatal dos contratos, o que fazia com que os empregadores tivessem um controle absoluto da força de trabalho. Havia, então, um rebaixamento das condições de trabalho, em parte determinado pelo nível cultural dos imigrantes, que aceitavam níveis de subsistência muito inferiores ao dos alemães (Weber, 1986).

A direção do movimento observado por Weber é a desorganização das antigas relações sociais, é a mudança de uma constituição do trabalho de tipo patriarcal para uma outra, de tipo capitalista, com todas as suas consequências políticas. A questão então não pode ser vista apenas como um problema econômico, “as propriedades do Leste não são meramente unidades econômicas, mas centros de dominação política” (Weber, 1989a, p. 159). Elas proviam a base material para um estrato social que combinava a autoridade no interior da fazenda com o exercício da força política e militar no âmbito do Estado. As mudanças “representam um dos elos de uma cadeia de transformações muito profundas que devem provocar um deslocamento de pontos de apoio da dinastia e da administração” (Weber, 1986, p. 66).

A agricultura comercial exigia que os fazendeiros se envolvessem diretamente na luta econômica, tornando sua base material menos segura e diminuindo sua capacidade de poder. Não era apenas a diminuição da receita da fazenda que minava a tentativa de manter suas posições, mas também a situação do grupo social deles dependente. A ameaça de perda de posses para uma nova burguesia comercial, e de mercado para competidores estrangeiros, forçou os proprietários a se tornarem o que eles não eram: empreendedores trabalhando sob princípios comerciais. Este foi o golpe fatal sobre a economia autárquica das fazendas (“isolated estate economy”) e as relações dela derivadas (Weber, 1989a, p. 161).

A particularidade desta ordem de senhores de terras, os *junkers*, era que historicamente eles se constituíram como dirigentes de grandes propriedades, diretamente envolvidos com a agricultura. Ao contrário da aristocracia inglesa, que arrenda terras, que vive fora da propriedade e a mantém graças a recursos jurídicos semelhantes aos monopólios capitalistas, ele é um empregador envolvido na ação econômica. Sua influência social tem por base a propriedade agrária, mas vai muito além dela, eles “transmitem seu caráter ao corpo de oficiais, bem como aos funcionários prussianos, à diplomacia alemã [...] o estudante alemão adota o estilo de vida dessas classes” (Weber, 1974c, p. 103). Seu drama era lutar para preservar uma condição aristocrática, uma posição estamental⁸, quando a situação econômica apontava em outro sentido: “ele gostaria de ser um senhor feudal, e não obstante tem de se tornar um empresário comercial e um capitalista” (Weber, 1974c, p. 111).

Weber não via do ponto de vista econômico outra solução para os *junkers* que não fosse a transição ao capitalismo. Porém, eles operavam ao nível da política para manter suas posições, o que se expressava numa política econômica que atendia a interesses agraristas, notadamente o protecionismo agrário, que penalizava o crescimento industrial. A Alemanha se industrializava, mas com a preservação da dominação política dos *junkers*, “cuja base econômica havia se tornado incerta, e cujos interesses a política econômica serviu quase exclusivamente” (Weber, 1989b, p. 215). A questão agrária se ligava então a uma questão nacional, na medida em que a posição secundária ocupada pela burguesia na

coalizão dirigente ameaçava o futuro do país como potência internacional. Para o autor, “é perigoso e incompatível a longo prazo com o interesse nacional que uma classe economicamente decadente mantenha em mãos a dominação política” (Weber, 2003, p. 73).

Weber era especialmente crítico do que chamava de uma deserção burguesa, ou seja, a aceitação por parte da burguesia da condução política *junker* e mesmo de sua liderança intelectual. A consequência era a falta de apetite “imperialista” que confinava o capitalismo alemão aos marcos de um Estado nacional de tipo autárquico⁹. Os *junkers* caminhavam nesse sentido por acreditar que essa era a única saída para manter posições estamentais, eram, por isso, reacionários em matéria de política social, protecionistas na agricultura e promotores da imigração polonesa. Ao acompanhá-los, a burguesia abria mão de uma política de poder e se conformava a um capitalismo sem riscos. Criava-se na Alemanha um padrão de mudanças que preservava no mundo agrário controles de tipo tradicional, e com isso limitava-se a expansão do mundo tipicamente burguês.

Weber, assim como Lênin, usou a imagem americana como contraste ao padrão alemão. Ele via no mundo agrário americano a singularidade de um desenvolvimento livre da influência de uma estrutura social sedimentada. Os dois últimos problemas especificamente rurais que a sociedade americana teria enfrentado foram a abolição da escravidão e a colonização das terras disponíveis no Oeste, e mesmo assim, a vitória contra a aristocracia de plantadores do Sul foi conseguida por meio da guerra civil, e isto só se deu porque essa aristocracia não contava com outras escoras na sociedade americana que pudessem apoiá-la. A disponibilidade de terras no Oeste representou a possibilidade de uma colonização baseada no esforço individual, na transformação do agricultor em um homem de negócios, um empresário como outro qualquer (Weber, 1974c).

Em contraste, na Europa, principalmente na Alemanha, a escassez de terras tenderia a tornar a estrutura social fixa e ampliar a força da tradição. O camponês europeu é um tipo tradicional. Ele é mais antigo que o mercado, estava habituado a produzir para suas necessidades e não para o lucro. Historicamente viveu sob o signo da dependência pessoal e do cultivo comunitário da terra. Mesmo depois da abolição da servidão, ele não pode se tornar um agricultor independente como o americano ou o inglês. A aldeia camponesa contrasta com a colonização individualista americana e sobreviveu como uma relíquia. A este camponês faltam oportunidades econômicas que possibilitem a independência.

A configuração do mundo agrário alemão combinava então dois problemas, a presença de uma estrutura sedimentada pela tradição e a escassez de terras livres. O preço da terra era elevado pela escassez e ainda mais pela sobreposição de uma camada aristocrática para quem a terra não representava apenas um meio econômico, mas também garantia de posição social. Assim, o preço podia superar o valor da produção. O capitalismo choca-se com uma corrente tradicional na agricultura numa luta que é também cultural e política (Weber, 1974c, p. 100).

Nas velhas sociedades europeias, as forças tradicionais contam com um apoio social mais amplo, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos. A Igreja, os funcionários públicos, a monarquia dinástica, a “aristocracia da educação”, conformam um bloco conserva-

dor, que daria a esse capitalismo o seu “caráter autoritário particular” em contraste com a igualdade de direitos do cidadão americano (Weber, 1974c, p. 103). O mundo rural alemão então se projetava conformando o caráter da modernização, um tipo de influência ausente na América, “e que pode ser designado como ‘atraso’, ou seja, a influência de uma forma mais antiga de sociedade rural, que está desaparecendo gradualmente” (Weber, 1974c, p. 102).

A disponibilidade de terras para colonização havia sido um impulso poderoso para o capitalismo agrário americano e este argumento possibilita a Weber comparar a experiência americana à Rússia. Neste último caso, as terras livres são um contraponto às tendências autoritárias que estavam em curso nesse país, fazendo com que as duas experiências pudessem ser vistas pelo ângulo das “oportunidades para construir culturas ‘livres’, começando pelos alicerces” (Weber, 2005, p. 108). Porém, o diagnóstico de Weber sobre a Rússia foi se tornando cada vez mais pessimista ao longo dos acontecimentos de 1905-1907, como se pode ver nos artigos escritos nesse período e em suas análises dos dilemas do liberalismo russo, que são também dilemas da modernização.

Weber não via na Rússia qualquer possibilidade de repetição das etapas clássicas da modernização ocidental. Se o capitalismo pôde emergir enquanto sistema econômico na Rússia, ele não encontra, porém, o conjunto particular de condições que permitiram o florescimento burguês no Ocidente, cujo “individualismo político dos direitos humanos” foi produto de uma combinação específica de convicções religiosas com uma “fé otimista, segundo a qual haveria uma harmonia natural entre os interesses dos indivíduos livres” (Weber, 2005, p. 67). As possibilidades de autogoverno na Rússia eram sistematicamente sabotadas pelo czarismo, enfraquecendo uma burguesia já débil¹⁰.

Ele via um descompasso entre as reformas econômicas e as demais, especialmente as políticas, a particularidade era que “todos os fenômenos da ‘civilização’ econômica e política na Europa surgem de improviso e sem nenhuma escala intermediária no ambiente ainda arcaico desta sociedade” (Weber, 2005, p. 144). Um reformismo liberal teria que enfrentar as pretensões autocráticas do czar e da burocracia estatal e ao mesmo tempo o ideário de tipo tradicional do imenso campesinato. Confrontada com essa enorme tarefa, a burguesia declinava dos objetivos políticos e se confinava ao terreno econômico. Assim a garantia da ordem social se sobrepunha ao reformismo.

Do ponto de vista político, a Rússia falhava em concluir a transformação da autocracia em um estado de direito, em um regime constitucional. Não obstante, o processo de formação estatal avançava por meio da burocratização da administração, sem que pudesse haver um contraponto parlamentar, nem sequer constitucional, a limitá-la¹¹. Era a “racionalização burocrática definitiva em todo o campo da política interna” (Weber, 2005, p. 130). Todavia, era um burocracia apartada da sociedade, sem sustentação social interessada.

Na questão agrária, as reformas liberais tampouco encontravam sustentação. O próprio programa do partido liberal (o Partido Constitucional Democrático, conhecido como Cadete) fazia concessões às reivindicações populistas, tornando difícil uma reforma agrária de sentido capitalista:

[...] os caminhos da reforma social pelos quais se embrenham os democratas liberais russos são cheios de renúncias. [...] Eles deverão forçosamente apoiar uma reforma agrária, a qual, ao que tudo indica, não virá promover um socialismo voluntário e progressista nos aspectos técnicos e econômicos, mas fortalecerá muitíssimo o comunismo essencialmente arcaico dos camponeses, tanto no sistema econômico quanto na mentalidade das massas. Os liberais estarão assim promovendo, não uma seleção econômica dos mais eficientes do ponto de vista “empresarial”, mas um nivelamento “ético” das oportunidades de vida. Por fim, contrariando as próprias convicções, eles estarão contribuindo para retardar o desenvolvimento da cultura individualista de estilo europeu-ocidental, cuja vitória a maioria deles considera inevitável. (Weber, 2005, p. 87-88)

Mais uma vez aparece o tema da resistência de forças tradicionais à emergência do capitalismo no campo. O tradicionalismo se manifesta na associação do desejo de terras a uma garantia de subsistência e não à busca de lucros. Com isso, aqui o preço das terras também não tem limites, pois não é regulado por um mercado capitalista normal, dificultando uma solução “técnica” de repartição de terras. Na Rússia, duas ideias foram debatidas para demarcar a distribuição, uma baseada no “princípio da capacidade”, ou seja, a cada camponês seria concedida tanta terra quanto ele pudesse cultivar. Isso seria uma espécie de “direito ao trabalho”, que poderia favorecer um princípio capitalista de acumulação no campo. A segunda proposta baseava-se no “princípio da necessidade”, concedendo tanta terra quanto necessário à subsistência camponesa.

O programa cadete adotou a segunda proposição, o princípio da necessidade. Para Weber isso levaria a um projeto de expropriações, de todo inexecutável. Para que tivesse sucesso um projeto de distribuição periódica das terras entre milhões de interessados, seria necessário um poder despótico e estabilidade econômica. O regime burocrático não se sustentaria sem o apoio da nobreza e dos latifundiários, e não haveria solução “técnica” que pudesse dar conta dessa tarefa. Ademais, se levado adiante, o programa cadete daria impulso ao velho comunismo agrário. Mais uma vez, o liberalismo era colocado contra a parede e “faz-se necessário a escolha entre os objetivos *materiais* e os éticos” (Weber, 2005, p. 157).

Outro resultado teria a adoção de um princípio de “seleção econômica”, com predominância de aquisições individuais de terras ou por cooperativas independentes. A perspectiva era, porém, desalentadora:

[...] talvez nenhum desses dois caminhos venha a ser escolhido. O lavrador russo terá de continuar percorrendo sua via-sacra, supliciado e enraivecido até que o capitalismo agrário moderno e, em par-

te, as pequenas e modernas empresas rurais que se unirem com os mercados das pequenas indústrias tenham obtido uma vitória definitiva na Rússia. Com isso o último refúgio do comunismo estaria definitivamente enterrado na Europa e junto com ele, o “direito natural revolucionário” dos camponeses que dele procede. De qualquer forma é nessa direção que se movimenta a política daqueles que detêm o poder físico em suas mãos, apesar das grandes concessões que se fazem à orientação ideológica do populismo. (Weber, 2005, p. 159)

Com este encaminhamento, a Rússia se afastava de uma solução democrática. A questão não era apenas a afirmação de um princípio econômico, mas a ligação entre economia e política. Para Weber, o desenvolvimento econômico não realiza direitos, ao contrário, deixados a si, os interesses materiais caminhavam em sentido contrário à democracia. Ele considerava que os impulsos democráticos estavam se esgotando com o desaparecimento de novas terras livres, com a prevalência da renda sobre o lucro, com o conformismo, colocando em risco os ideais de “liberdade”. Iria nesse sentido também a burocratização da economia e do Estado. Se tudo dependesse dos interesses materiais, os “barômetros da economia preveem o aumento das restrições à liberdade” (Weber, 2005, p. 103). Não se poderia imaginar qualquer “afinidade eletiva” entre a democracia e o “alto-capitalismo”. A Rússia aparecia como um caso de modernização ainda mais conservadora do que a Alemanha.

Questão Agrária e Modernização Conservadora

Alguns temas são recorrentes no pensamento de Lênin e de Weber e seria repetitivo refazer aqui cada um deles. Nos basta realçar que ambos viram na introdução de uma agricultura comercial uma força de desagregação do antigo mundo rural; que com isso, o antigo modo de vida camponês passa por profundas alterações podendo até levar à desagregação do campesinato enquanto categoria minimamente homogênea. Este vetor de mudanças fundado em práticas econômicas não tem sentido unívoco, não reconfigura o mundo agrário à imagem e semelhança dos países de capitalismo “originário”, pelo contrário, na periferia, a introdução de uma agricultura comercial e a transição para o capitalismo, subjacentes ao processo de modernização, vinham sendo profundamente marcadas pela antiga sociedade rural.

Esta modernização não responde apenas a requisitos de ordem econômica ou tecnológica, mas a imperativos da política de duas ordens: ao nível da nação, responde às necessidades de projeção e de poder no cenário internacional, impulsionando a industrialização e o imperialismo como recursos de poder; ao nível da ação política das classes sociais, é marcada pela tentativa das elites agrárias de engajar o Estado na defesa de suas posições, como poderíamos ver na análise de Weber sobre a ação política dos *junkers* na manutenção de um padrão estamental, ou na de Lênin, sobre as políticas de colonização interna e preservação do latifúndio.

É a partir da política, das disputas por hegemonia, que se pode compreender o sentido da modernização. A configuração do mundo rural e o que poderíamos chamar aqui de uma estrutura de oportunidades econômicas podem favorecer ou não saídas democráticas ou conservadoras. O peso das instituições tradicionais e aristocráticas combinadas e renovadas com a introdução de padrões capitalistas na agricultura acentuava um caráter recessivo enquanto a ruptura com esse passado, como no exemplo americano, favorecia um desenvolvimento mais livre. A preservação desta antiga configuração rural representou um limite para a expansão do mundo tipicamente burguês.

Em sentido semelhante, quando as oportunidades econômicas estavam mais fechadas, pela escassez de terras livres, como na interpretação de Weber sobre a Alemanha, as possibilidades de formação de uma categoria de produtores rurais autônomos de origem camponesa era reduzida, favorecendo os elementos de continuidade na sociabilidade e na organização política do mundo rural. É neste sentido restrito que se pode pleitear um caráter “democrático” para a fronteira, na medida em que poderia favorecer a abertura nas oportunidades econômicas, que, por sua vez, com o tempo tendiam a alterar a configuração sociológica do mundo rural. A afirmativa deve, entretanto, ser matizada, como percebeu Lênin (1974) ao analisar a política de Stolipin, já que a fronteira poderia também funcionar como uma “válvula de escape”, reduzindo as tensões da modernização pelo deslocamento dos elementos mais dinâmicos do campesinato, possibilitando a preservação do latifúndio¹².

O sentido da transformação aparece em aberto, depende de uma disputa por hegemonia no mundo rural. A presença forte das antigas elites agrárias, das classes senhoriais, na condução do Estado apontava um sentido conservador, a permanência de elementos de continuidade com a velha ordem. A terra e o trabalho não se despregam dos controles políticos, não se estabelecem em um mercado capitalista “normal”. Não é à toa que a liberação da terra dos controles patrimoniais e a plena mobilidade do trabalho vão configurar o programa revolucionário, ainda que capitalista, defendido por Lênin na derrotada revolução russa de 1905 (Lênin, 1974). Esta articulação entre as velhas elites agrárias, o controle da terra inscrita no latifúndio e a pauta modernizadora, é o nexos fundamental da “via prussiana” de Lênin, enquanto a ruptura desse nexos estava na origem da “via americana”. Como vimos em sua análise sobre os Estados Unidos, para Weber, a liberação da terra também era um elemento dinâmico para o desenvolvimento.

Essas duas formulações, de que a configuração específica do mundo rural “pesa” sobre a modernização e de que a solução da questão agrária poderia determinar o seu sentido, podem ser vistas de forma complementar, e tiveram larga fortuna na sociologia (mesmo que não diretamente referidas aos dois autores aqui analisados), o que a nosso ver, reforça o seu valor heurístico.

Ambas as teses parecem encontrar boa acolhida na obra de Gramsci, que fez da Itália meridional o objeto privilegiado de sua rica sociologia política. Ali também se pode perceber o “peso” das antigas estruturas, com sua composição demográfica saturada em

contraposição à demografia “racionalizada” da sociedade americana (Gramsci, 2001), onde não haveria setores da população desvinculados das funções produtivas. Na Itália a possibilidade de alterar a correlação entre o binômio mudança- conservação (que pendia para a conservação) passava por descolar o campesinato do “bloco agrário” hegemônico pelos grandes proprietários e pelo norte industrial (Gramsci, 2004). O trabalho de Gramsci trazia, ainda, o problema do Estado e suas complexas funções na produção da hegemonia, assim como o dos intelectuais, representando uma vertente promissora no estudo das relações entre questão agrária e modernização¹³.

Outra implicação desse enfoque pode ser vista em Mannheim (1971) que percebeu no mundo agrário alemão o cenário para a emergência do pensamento filosófico conservador. A permanência de elementos da estrutura hierárquica da sociedade feudal e de seus grupos sociais específicos, aristocracia e campesinato, preservou um repertório intelectual tradicionalista reativo às mudanças e ao impulso burguês oriundo do iluminismo e da revolução francesa. Esta “atitude básica” tradicionalista pôde tornar-se conservadorismo com a emergência da modernidade, como reação consciente a uma sociedade na qual a mudança social se tornou uma tendência conscientemente orientada, ligada à diferenciação social e à ação política e intelectual das classes. Foi num cenário deste tipo, a Alemanha do século dezenove, que este “contra-movimento intelectual” se desenvolveu de forma mais contínua e pôde levar suas premissas às últimas conseqüências, dando forma ao moderno pensamento conservador.

Já Barrington Moore (1975), ao analisar os casos que chamou de “modernização conservadora”, argumenta que há formas de transformação capitalista no campo que podem obter um bom êxito econômico, mas serem altamente desfavoráveis para a construção de instituições livre e democráticas. A variável-chave para tanto é a coerção sobre a força de trabalho e a diferença entre mecanismos puramente políticos e incentivos de mercado na arregimentação do trabalho.

Na Alemanha, o ponto seria a fusão entre um sistema repressivo na agricultura e a monarquia centralizada, que atuava em favor de uma ética militar, de obediência cega às instituições, ao mesmo tempo em que tentava enfraquecer a burguesia urbana, ao menos até a industrialização. A partir daí poder-se-ia falar em um compromisso das classes fundiárias com os interesses comerciais e industriais emergentes, em que a burguesia troca o direito de governar pelo direito de ganhar dinheiro, com já havia apontado Marx. A ausência de uma grave questão camponesa possibilitaria que essas “revoluções pelo alto” transcorressem de forma razoavelmente pacífica, como nos casos da Alemanha, do Japão e da Itália, com um sentido industrializante. A “modernização conservadora” encontra um caminho sem necessariamente “varrer” as instituições feudais por meio da revolução popular, mantendo significativas seções da velha sociedade na nova estrutura social.

Deve-se ressaltar que a interpretação de Moore traz um ganho analítico, ao observar que o Estado joga um papel decisivo na condução política, sendo não apenas um Estado repressivo, mas um ator econômico relevante, favorecendo a acumulação primária, por

vezes por meio da indústria bélica e do protecionismo. Não se poderia obter êxito, contudo, sem que se pudesse conter os elementos mais reacionários, resistentes a qualquer mudança, o que, por sua vez, favorecia a construção de uma poderosa máquina burocrática, resistente às pressões “de baixo” ou “de cima”. O governo tem que se separar em alguma medida da sociedade, e adquirir autonomia para levar adiante a modernização. Um governo conservador forte poderia ao mesmo tempo estimular e controlar o desenvolvimento industrial, e empurrar os custos da modernização às classes trabalhadoras, operando para que a modernização alterasse o mínimo possível a estrutura social.

As outras duas vias de acesso às sociedades industriais elaboradas por Moore são a revolução camponesa, como na China e na Rússia, e a “via democrática”, que teria levado às sociedades democrático-liberais da Inglaterra, França e Estados Unidos. Nesta última, os sistemas repressivos de controle da força de trabalho seriam substituídos por incentivos diretamente econômicos de extração do excedente. Pode-se falar em uma “domesticação do setor agrário”, na medida em que se quebra ou se transforma a hegemonia dos proprietários agrários, e a agricultura perde a centralidade como atividade social importante:

A principal hegemonia da classe superior proprietária tinha que ser quebrada ou transformada. O camponês tinha de passar a ser um agricultor que produzisse para o mercado, em vez de produzir para o seu próprio consumo e para o senhor rural. Neste processo, ou as classes superiores proprietárias se tornavam parte importante da maré capitalista e democrática, como na Inglaterra, ou, se se lhe opusessem, eram varridas pelas convulsões da revolução ou da guerra civil. (Moore, 1975, p. 494)

Uma consequência do argumento de Moore é que na modernização conservadora, ao contrário da “via democrática”, a economia não se despreza da política. A economia não se torna uma esfera autônoma, permanecendo condicionada por imperativos políticos de “modernização” e de conservação de posições de classe anteriormente estabelecidas. Daí a centralidade do Estado e dos controles repressivos sobre a força de trabalho, que por vezes extrapolou o mundo rural, atingindo a organização dos trabalhadores urbanos com a tutela sobre os sindicatos.

Deveríamos, entretanto, ter especial atenção para não naturalizar o argumento da separação da economia. Como mostrou Polanyi (1980), a transformação da terra e do trabalho em mercadorias, tão importante na emergência do capitalismo, está ligada à separação da sociedade em uma esfera política e outra econômica. Esta é a origem da ideia de uma “economia de mercado”. Todavia, terra e trabalho só podem ser considerados mercadoria em um sentido “fictício”, pois não são produzidas *para* a troca. Terra e trabalho não são outra coisa senão homem e natureza, e ao subordiná-los ao mercado, subordina-se a sociedade inteira ao artifício das “leis do mercado”.

Para sujeitar o trabalho ao mercado foi necessário separá-lo das outras formas de vida e com isso aniquilar as comunidades e formas de vida orgânica. Foi preciso desfazer as redes de solidariedade e introduzir a ameaça da fome, para que o homem se acostumassem a depender de seu trabalho e se sujeitasse a vendê-lo. Já a terra é parte da natureza e está ligada às instituições da vida do homem, como local de trabalho, de parentesco, de vida social. A função econômica é assim apenas uma das funções sociais da terra. Ao mesmo tempo, terra e trabalho não estão originalmente separados e fazê-lo é uma expressão da subordinação de toda a vida social aos princípios do mercado.

O que Polanyi aponta é o caráter artificial da construção liberal que fundamenta na economia toda a organização social, e ao mesmo tempo, o potencial disruptivo desta redução das relações sociais a funções econômicas. Sem a construção de proteções contra o despotismo do mercado, a “utopia” liberal do mercado autorregulado teria levado à desorganização completa dos sistemas econômicos e da própria sociedade.

Neste trabalho enfocamos os problemas dos processos de modernização conservadora que tiveram lugar na periferia do capitalismo. A advertência que se encontra em Polanyi deve nos servir ao menos para, ainda que brevemente, apontar a particularidade e, por que não, a patologia das modernizações liberais e da expansão ilimitada do mundo burguês e da “sociedade de mercado”.

À guisa de conclusão, sugerimos que os temas apresentados neste trabalho remetem à importância da configuração específica do mundo rural na compreensão dos processos de modernização, assim como à ação política das classes sociais. Ao contrário dos que viram no mundo agrário um elemento de atraso a ser colonizado pela modernização, um objeto da intervenção modernizadora, vemos nas lutas travadas em torno da questão agrária um elemento decisivo para compreender o sentido da modernização, com importância que extrapola as especificidades da organização da agricultura ou das relações de sociabilidade no campo e interfere na formação social como um todo. Sugerimos, também, que a modernização não é, por si só, capaz de conformar os padrões e instituições sociais que conhecemos como “modernos”, se os entendermos por uma combinação algo especial entre democracia política, autonomia individual e padrões mais igualitários de vida entre as classes sociais. Incapaz de derrotar o patrimonialismo agrário em seu próprio território, ou de refazer as ligações entre o rural e o urbano sob nova perspectiva, esta modernização se revela seletiva e limitada.

Recebido em 18 de abril de 2011.

Aprovado para publicação em 28 de maio de 2011.

Notas

² Nos remetemos, aqui, ao artigo de Werneck Vianna (2009) sobre o pensamento de Raymundo Faoro. Marshall Berman (2007) também sugere que em formações sociais periféricas “modernização”, enquanto transformações econômicas, e “modernismo”, como imaginário moderno, são processos desencaxados.

³ Lênin disputa com o populismo um lugar no pensamento social russo, como se pode ver em sua relação com alguns autores caros à tradição populista, como Herzen e Tchernitchevski, mas considera que o populismo fez uma “crítica primitiva do capitalismo”, que produziu uma “idealização dos pilares” da formação social, o que terminaria por levá-los à defesa de vestígios de feudalismo (Lênin, 1979a).

⁴ A literatura atual é controversa a respeito das economias de escala na grande propriedade rural, em especial pelo avanço das diversas tecnologias ligadas à produção agrícola. Um pequeno balanço crítico pode ser encontrado em Veiga (2007, p. 197 e ss.).

⁵ Segundo Hill, “após a dissolução da primeira Duma de Estado, as medidas de Stolipin tinham de ser tomadas por decreto; outra Duma teve de ser dissolvida, e as liberdades drasticamente cerceadas, antes de ser aceita essa política. Ainda assim, o novo esquema só conseguiu vingar com violência e lei marcial. Mais de onze mil pessoas foram condenadas a penas diversas, em 1907, sendo 3.500 enforcadas. A força era lugrubemente apelidada de ‘a gravata de Stolipin’. Houve aldeias que perderam um em cada dez homens.” (Hill, 1967, p. 77).

⁶ Sobre este ponto ver Tribe (1989) e Mommsem (1984).

⁷ “Patriarcalismo” e “patrimonialismo” são categorias importantes do pensamento weberiano. Nos estudos aqui examinados, o termo dominante é “patriarcalismo”, ao lado de “relações patriarcais” e semelhantes. Rigorosamente, nesses textos não há uma distinção com patrimonialismo. Em *Economia e sociedade*, Weber faz essa distinção, ali, a “estrutura patriarcal de dominação” está referida a “relações de piedade rigorosamente pessoais”, onde a obediência à normas está fundamentada na “tradição” e na subordinação pessoal ao senhor. Sua origem está na autoridade do chefe da comunidade doméstica. A extensão da dominação patriarcal para fora da comunidade doméstica, cria o *oikos*, que é a comunidade doméstica diferenciada e descentralizada, sob o qual se desenvolveu a “dominação patrimonial”. Ela implica em uma debilitação do poder doméstico e numa exigência de reciprocidade, reconhecida como “costume”. Sob o patrimonialismo, Weber fala em uma ordem “lábil”, mas estável, que depende da “boa vontade” e pode resultar em “direitos” e na “comunidade de interesses” (Weber, 1999: 234 – 239). O patrimonialismo servirá de referência para a análise de um conjunto diferenciado de formas de governo. A tipologia de *Economia e sociedade* é bem mais desenvolvida do que a que examinamos nestes estudos agrários.

⁸ Os *junkers* alemães não eram propriamente desvinculados do mercado internacional. Durante séculos, eles venderam trigo principalmente para a Inglaterra, porém o fizeram em condições que preservaram a dominação patriarcal, baseada na comunidade de interesses. Como argumenta Riesebrodt (1989: 134) esse processo econômico não está volta-

do inteiramente para o lucro, mas para a satisfação de necessidades relacionadas com o status social, tanto dos senhores quanto de seus subordinados. A renda não é então calculada em termos de eficiência econômica ou de tempo de trabalho, mas em função desses níveis culturalmente estabelecidos. É a organização patriarcal da fazenda que mantém os *junkers* enquanto um estamento (*Stand*), e a propriedade rural como base de um poder político.

⁹ Como argumenta Mommsem (1984), para Weber, o futuro da Alemanha estava ligado à sua capacidade de se estabelecer no cenário internacional como grande potência. A este objetivo deveriam estar subordinadas todas as demais políticas. Em política agrária não hesitava em defender posições contrárias aos senhores rurais, preferindo a colonização do Leste à importação de poloneses; preferindo o favorecimento de interesses bancários aos agraristas, temas todos ligados ao problema da conquista de uma posição de força na política internacional. Weber percebia a era dos imperialismos como inevitável, a livre competição estaria fadada a dar lugar a uma luta entre as nações por mercados para sua expansão. Nessa luta o que contaria era o poder e nada mais. O imperialismo não seria uma questão de escolha. Sua noção de imperialismo combinava elementos de economia e de política, porém, a economia jamais teria primazia. O problema central seria a competição política (e às vezes militar) e o balanço de poder entre os estados nacionais. Em sua concepção poder real e prestígio de poder correspondem.

¹⁰ Neste ponto, Weber refere-se elogiosamente aos “zemstvos”, órgãos da auto-administração local com competências administrativas e sobre assuntos sociais e econômicos, em alguma medida comparável às “townships” americanas, mas que eram contidos e desautorizados pela burocracia czarista que, entretanto, não conseguia dar conta das mesmas atividades. Ver Weber (2005, p. 53).

¹¹ A Rússia não teve uma Constituição até 1917. Todas as tentativas de preparação no período do czarismo foram abortadas.

¹² Sobre este ponto ver Velho (1976).

¹³ Sobre a evolução deste tema em Gramsci ver Werneck Vianna (2004).

Referências Bibliográficas

- BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BERLIN, Isaiah. O populismo russo. *In*: Berlin, I.. **Pensadores Russos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 214-240.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a Aventura da Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DANIELSON, Nicolau F. A tarefa econômica da Rússia. *In*: Fernandes, R. C. (org.), **Dilemas do Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 89-95.
- ENGELS, Friederich. A questão social na Rússia. *In*: Fernandes, R. C. (org.), **Dilemas do Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a, p. 141-155.
- _____. N. F. Danielson e F. Engels, Correspondência de 1891 a 1893. *In*: Fernandes, R. C. (org.), **Dilemas do Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b, p. 207-272.
- FERNANDES, Rubem César. Introdução – A Rússia e o Ocidente. *In*: Fernandes, R. C. (org.), **Dilemas do Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 11 – 73.
- GETZLER, Israel. Georqui V. Plekhanov: a danação da ortodoxia. *In*: Hobsbawm, E. J. (org.), **História do Marxismo, III: o Marxismo na Época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 105 – 134.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. *In*: **Cadernos do Cárcere**, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 237 - 321.
- _____. A questão meridional. *In*: **Escritos Políticos**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 403 - 435.
- HEGEDŰS, András. A questão agrária. *In*: Hobsbawm, E. J. (org.), **História do Marxismo, IV: o Marxismo na Época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 149 - 172.
- HILL, Christopher. **Lênin e a Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- KAUTSKY, Karl. **La cuestion agraria**. Barcelona: Editorial Laia, 1974.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. El programa agrario de la socialdemocracia en la revolucion rusa de 1905-1907. *In*: **Obras Escogidas**, tomo II. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1974, pp. 258 - 481
- _____. A que herança renunciamos?. *In*: Lênin, V. I. **Obras escolhidas em 3 tomos**. Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979a, pp. 47 - 78.
- _____. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. *In*: Lênin, V. I. **Obras escolhidas em 3 tomos**, Tomo I. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979b, pp. 381 - 472.
- _____. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: Novos Dados sobre as Leis de Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura**. São Paulo: Ed. Brasil

Debates, 1980.

- _____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria.** São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- MANNHEIM, Karl. The conservative thought. *In: Wolff, K. (ed.) From Karl Mannheim.* Nova York: Oxford University Press, 1971, pp. 132 - 222.
- MARX, Karl. 1º rascunho de carta a V. Zaslitch. *In: Fernandes, R. C. (org.). Dilemas do Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 175 - 186.
- _____; ENGELS, Friederich. Prefácio à edição russa de *O Manifesto Comunista.* *In: Fernandes, R. C. (org.), Dilemas do Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os Populistas Russos.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MOMMSEN, Wolfgang. **Max Weber and German Politics, 1890-1920.** Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1984.
- MOORE, Barrington. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno.** Lisboa: Cosmos, 1975.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as Origens da Nossa Época.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RIESEBRODT, Martin. From patriarchalism to capitalism: the theoretical context of Max Weber's agrarian studies (1892-3). *In: Tribe, K. (ed.), Reading Weber.* Londres e Nova York: Routledge, 1989, pp. 131 - 157.
- SCAFF, Lawrence. Weber before weberian sociology. *In: Tribe, K. (ed.), Reading Weber.* Londres e Nova York: Routledge, 1989, pp. 15 - 41.
- STRADA, Vittorio. O "marxismo legal" na Rússia. *In: Hobsbawm, E. J. (org.), História do Marxismo, III: o Marxismo na Época da Segunda Internacional.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 85 - 104.
- TRIBE, Keith. Prussian agriculture - German politics: Max Weber 1892-7. *In: Treib, K. (ed.), Reading Weber.* Londres e Nova York: Routledge, 1989, pp. 85 - 130.
- VELHO, Otávio. **Capitalismo Autoritário e Campesinato.** Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: uma Visão Histórica.** São Paulo: Edusp, 2007.
- WALICKI, Andrzej. Socialismo russo e populismo. *In: Hobsbawm, E. J. (org.), História do Marxismo, III: o Marxismo na Época da Segunda Internacional.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 53 - 84.
- WEBER, Max. Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída. *In: Os Pensadores - Max Weber.* São Paulo: Abril Cultural, 1974a, pp. 7 - 92.
- _____. O caráter nacional e os Junkers. *In: Os Pensadores - Max Weber.* São Paulo: Abril Cultural, 1974b, pp. 114 - 122.
- _____. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. *In: Os Pensadores - Max Weber.* São Paulo: Abril Cultural, 1974c, pp. 94 - 113.
- _____. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além - Elba

- 1892. *In*: Silva, J. G. da; Stolcke, V. (orgs.), **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 13 - 58.
- _____. Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l'Est de l'Elbe. Conclusions prospectives. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, vol. 65, n° 1, 1986, p. 65 – 68.
- _____. Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers. *In*: Tribe, K. (ed.), **Reading Weber**. Londres e Nova York: Routledge, 1989a, pp. 158 - 187.
- _____. Germany as an industrial state. *In*: Tribe, K. (ed.), **Reading Weber**. Londres e Nova York: Routledge, 1989b, pp. 210 - 220.
- _____. **Economia e Sociedade**, vol. 2. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- _____. O Estado nacional e a política econômica. *In*: Cohn, G. (org.), **Weber – Sociologia**. São Paulo: Ática, 2003, pp. 58 - 78. _____. **Estudos Políticos. Rússia 1905 e 1917**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.
- WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- _____. Raimundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização. *In*: Botelho, A.; Schwarcz, L. M. (orgs.), **Um Enigma Chamado Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 364-377.